

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE PROFESSORES NEGROS DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS E OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Danúbia Fernanda da Rocha de Souza Moreira

Eliane de Jesus Paula

Jesilene Brandão Gomes

Renata Honório Barbosa Lima¹

RESUMO. O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa apresentado à disciplina História da Educação, onde o objetivo principal do estudo foi analisar e conhecer a trajetória de três professores negros do município de Alto Alegre dos Parecis e, se durante a vida escolar, os mesmos sofreram algum tipo de discriminação ou preconceito pelo fato de serem pessoas da cor negra. Sabe-se que durante os séculos da escravidão, ao negro eram destinadas atividades apenas voltadas ao trabalho e dessa forma a única educação que recebiam era a de ensinamentos práticos passados do mais velho para o mais novo. Dessa forma, foram privados de aprender a ler e a escrever, e para que conseguissem ter direito à educação formal, muitos obstáculos foram superados. Durante o período colonial no Brasil, viveu-se sob a idéia de que existiam “raças superiores” às outras, sendo destinado ao negro o estereótipo de “ser inferior”. Por causa desses fatores, muitos negros sofreram e, ainda sofrem com o racismo, com as desigualdades sociais em relação às oportunidades de trabalho. Portanto, buscamos compreender com esse estudo como foram essas manifestações de racismo, quais foram os principais desafios encontrados e como esses professores conseguiram vencer os obstáculos e chegar à carreira docente.

Palavras-Chave: História da Educação; Educação; Professores Negros.

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos no Brasil, e principalmente no período colonial, a sociedade viveu sob os efeitos do etnocentrismo, que apontava para a suposta existência de “raças superiores” às outras. Os portugueses vieram para o Brasil, e entre seus propósitos estava o objetivo de explorar as riquezas de sua colônia na América. Para tanto se apropriaram durante os séculos iniciais, do trabalho indígena, os direitos dos índios foram desconsiderados na prática, ainda que

houvesse uma legislação que de certo modo os protegia. Posteriormente iniciaram o tráfico negroiro:

Em substituição aos indígenas, foram trazidos os negros africanos, os quais já vinham sendo usados em Portugal desde o final do século anterior (século XV). Esses serão os braços que trabalharão a terra para o homem branco obter produtos que, enviados para Portugal, serão comercializados. (RIBEIRO, 1997).

O propósito era a escravização africana. Os colonos não poderiam trabalhar tendo em vista que consideravam o trabalho como algo humilhante, coisa de escravosⁱⁱ.

Observando a história brasileira, percebe-se que a discriminação e o preconceito não foram e não são atribuídos somente aos negros, pois sabemos que os pobres, índios, deficientes, homossexuais ao longo do tempo foram marginalizados e todos aqueles grupos que seguem um modelo diferente do que é imposto pela sociedade também sofrem com as manifestações de discriminação e preconceito. Por causa da concepção que apontava para a existência de “seres superiores e inferiores”, ao negro coube o estereótipo de “ser inferior”, e por causa disso foi explorado, tratado como se fosse um objeto e vendido como se fosse uma simples mercadoria por mais de três séculos.

Em 1988 com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, passou a constituir um dos objetivos fundamentais: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Art. 3º - IV). Em seu art. 5º. determina ainda que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. (Art. 5º - XLII). Ainda, segundo a Constituição todos são iguais perante a lei, no entanto, o preconceito, as manifestações de racismo e as práticas discriminatórias continuam existindo. Prova disso são as constantes notícias em jornais, TVs e rádios, relatando sobre negros que são agredidos verbal e fisicamente. Uma reportagem divulgada no dia 09 de janeiro de 2012, apresenta um estudante da USP (Universidade de São Paulo), que segundo o que foi relatado por uma testemunha foi agredido por um policial pelo fato de ser negro:

Ele atravessou no meio de todos nós, brancos, e foi no único negro do grupo, que estava de braços cruzados, atrás de um balcão. O PM agiu de forma maluca, pesada, e julgou que o nosso colega não era aluno por ser negroⁱⁱⁱ.

Tais manifestações de racismo e preconceito podem muitas vezes ocorrer de maneira explícita como o caso apresentado acima, no entanto, ocorre também de forma implícita por meio das famosas “brincadeiras” em que o branco faz utilizando-se de frases como “isso é coisa de preto”, ou até mesmo pela indiferença com que o negro é tratado. É o que alguns autores chamam de “*jeitinho brasileiro*” de discriminar. Jesus (2006) assim nos confirma:

E, este “*jeitinho brasileiro*” é reproduzido em qualquer meio onde se encontre o negro, tanto nas relações íntimas, como nas profissionais, isto é, no público e no privado, em situações mais “previsíveis” ou nas mais “inesperadas”, caracterizando o que outros autores convencionaram chamar de “racismo à brasileira”. (JESUS, p. 90).

Com o intuito de realizar um estudo aprofundado e propor uma discussão sobre a questão do racismo contra o negro em nossa sociedade, especificamente no ambiente escolar, desenvolveu-se essa pesquisa, baseada em relatos de professores negros da rede pública de ensino do município de Alto alegre dos Parecis que teve como principal objetivo conhecer a trajetória escolar desses profissionais e quais os desafios encontrados pelos mesmos até o ingresso na Universidade, levando em consideração a existência ou não de racismo no tratamento recebido pelos mesmos dos demais colegas e até mesmo por parte dos professores.

O município de Alto Alegre dos Parecis, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010, contava com uma população de 12.816 pessoas. Utilizou-se na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a auto-declaração das pessoas em relação à sua raça ou cor, ficando dessa forma o município assim distribuído:

COR OU RAÇA	QUANTIDADE DE PESSOAS
BRANCA	4.707
PRETA	872
PARDA	7.020

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Percebe-se conforme o quadro, que o número de pessoas que se classificam como sendo da cor preta é reduzido se comparado à quantidade de pessoas brancas e pardas. O critério de auto-definição segue alguns preceitos da antropologia, todavia, pode no caso em tela, esconder a realidade, em especial por razões ligadas ao fato de que as pessoas negras muitas vezes, incorporam a ideia de inferioridade disseminada na sociedade em relação à sua cor e por isso para se livrarem do preconceito por ser uma situação muito dolorosa para aquele que sofre tal ato, preferem negar suas origens.

Optou-se pelo município de Alto Alegre dos Parecis por praticamente inexistirem estudos locais que versem sobre a problemática dos professores negros e por causa disso foi escolhido este objeto de investigação. Para tanto, para que o trabalho fosse desenvolvido utilizou-se como metodologia a história de vida e também a coleta de dados através da história oral dos professores negros entrevistados, o que nos permite captar parte da subjetividade dos mesmos. Segundo Queiroz (1991):

A história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence. (QUEIROZ, 1991, p.6)

2. CONHECENDO OS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Em entrevista realizada com três professores negros no município de Alto Alegre dos Parecis, sendo dois homens e uma mulher, dois dos investigados relataram já ter sofrido alguma discriminação racial durante o período escolar. São esses os três professores: Miriam Bomfim Ferreira dos Santos tem 25 anos e é formada em letras e literatura; Adão de Sousa Pereira, 38 anos, formou-se primeiramente em técnico agrícola e depois fez graduação em geografia e, por fim Luciano de Souza Alves, tem quarenta e um anos. Formado em pedagogia.

Desse modo, na trajetória dos professores citados evidenciaram-se fatos que comprovam a presença de discriminação racial enquanto alunos, ambos destacaram pontos em comum pela forte presença de preconceito e racismo em suas vidas e trajetória escolar, o que nos faz quebrar a “mitologia” de que não existe racismo na escola.

Não sei, mais assim, sempre quando... por discriminação mesmo, me chamavam de neguinha, de nega preta, ai eu batia neles. Puxavam o meu cabelo. (SANTOS, 2012.)

[...] a sociedade é racista, mesmo que por piadinha sempre solta alguma coisa. Eu já sai de escola aqui, por causa do preconceito, preconceito racial dos pais comigo. A comunidade escolar em geral. (ALVES, 2012).

Percebe-se dessa forma, o quanto o preconceito racial está presente no ambiente escolar. A escola que deveria ser um espaço de formar cidadãos politizados e debater temas com igualdade e justiça, de acordo com os relatos evidencia-se que a mesma muitas vezes é lugar para a disseminação de manifestações raciais. Dessa forma, estes profissionais não tiveram os mesmos tratamentos que os alunos brancos, evidenciando assim que a escola não possibilitou a igualdade de ascensão para os afro-descendentes.

Nesse contexto, cabe ao professor estar atento a essas manifestações de racismo no que se refere aos alunos que sofrem com tais práticas, por isso é fundamental abordar a temática sobre a diversidade racial existente e dessa forma promover o respeito pelo outro. Pois, a escola assim como qualquer outra instituição não está livre de tais formas de discriminações. Gonçalves (1987, p. 29) apud Jesus:

Se o pesquisador for em busca da manifestação da discriminação racial na escola, não a encontrará sob a forma de hostilidade explícita às crianças

negras, tampouco sob a forma de repressão, mas lá estará, enquanto ‘saber’, enquanto discurso. (JESUS, p.101)

Observa-se então, que mesmo que o preconceito não esteja explicitamente presente na escola, se o professor não aborda e não discute a questão do racismo em sala de aula já é uma forma de discriminação. Para quem sofre o preconceito racial durante o período escolar infantil, fundamental ou médio sabe dos reflexos que isso provoca em toda a sua trajetória tanto escolar quanto de vida:

Influencia muito, porque a palavra fica dentro de você. Porque ela tanto te machuca quanto te anima. E a palavra tem um poder mais poderoso do que um tapa, do que murro, porque a palavra ela no subconsciente, e você ouvir discriminação: isso é trabalho de preto, e você fica um pouco, e isso já aconteceu comigo muitas vezes. [...] Muito, muito reflexo demais. E isso agente leva pra o resto da vida. Questão da superioridade. Porque às vezes quando você vem de uma família muito humilde, você tem um pai humilde, uma mãe humilde pela questão de posição. Você via todo branco melhor, a educação do branco você via melhor, a escola do branco você via melhor. [...] Os reflexos são sempre negativos. (ALVES, 2012).

Em alguns casos mesmo havendo o empenho dos professores em diminuir essas práticas discriminatórias, os mesmos se deparam com dificuldades em realmente concretizar tais tentativas:

É difícil porque por mais que o diretor, supervisor, professor tentam... sempre acontece isso na escola, porque por mais que tenha palestra, que o professor fale sobre isso, sempre tem uma queixa ou richa ente os alunos, um não gosta do outro ou por causa da cor ou porque não gosta mesmo da pessoa, sempre tem isso na escola. Eu vejo isso mesmo nas minhas salas de aulas. A gente tenta até ajudar, fazer com que eles sejam amigos, mas às vezes acaba atrapalhando. (SANTOS, 2012).

Para ALVES (2012), uma maneira de concretizar essas tentativas seria a questão da instrução das crianças, ou seja, é necessário trabalhar a mente dos pequenos, acredita que para que essas formas discriminatórias não se encontrem presentes no meio escolar é necessário:

Trabalhar a mente da criança, porque existem alguns projetos que se tem que trabalhar a mente da criança. É muito difícil trabalhar o adulto, é quase impossível, se você trabalhar a criança ele vai ser um adulto menos preconceituoso. A educação não é só na escola, ou só na família a educação é um conjunto de fatores. A criança não aprende só na escola, ou só na família. Cada lugar você aprende uma coisa diferente. (ALVES, 2012).

Essa afirmação nos faz lembrar o discurso de Rousseau onde ele coloca a afirmação de que “o homem é bom, a sociedade é que o torna mal”, depositar essa esperança de que no futuro a igualdade permeie ao nosso redor, deve-se creditar isso nos pequeninos.

Talvez todos esses fatores discriminatórios ocorrem por uma razão que notoriamente se encontra na confusão entre os sentidos biológico e social. Há muito tempo que na história das miscigenações, atribui-se ao negro uma característica de inferioridade. Ainda acha-se “possíveis motivos” que permitem essa inferiorização, como por exemplo, pensar que o Brasil é atrasado em desenvolvimento porque foi colônia de Portugal e que o português não era muito inteligente misturando-se com o índio que era preguiçoso.

São ideias preconceituosas como esta, advindas das diferenças entre a cor da epiderme, que geram desigualdades. Consequentemente esse fator está ligado a outro que separa e põe à margem o indivíduo, que é a pobreza. As sociedades assimilam as desigualdades à condição natural do nascimento e separam logo do convívio e da participação efetiva como cidadão. Ser negro e pobre é de fato um cisma que tem sido alvo de discussões nos centros acadêmicos em toda parte.

[...] uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior. Combater o racismo não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias pelas quais o racismo opera através das relações culturais e sociais. (ESSED, 2003, p. 174).

As diferenças entre os homens não podem mais ser um sinônimo de inferioridade, é relevante tratar essa questão específica do professor negro como sujeito sócio-cultural constituído em sua experiência vivida no mundo, fazendo-se a si mesmo, suas relações com seus alunos e seus colegas de profissão. Essa relevância está presente porque constatamos que ainda, há lacunas nesse tipo de estudo, e portanto, torna-se necessário que mais pesquisas sobre como os professores leem e sentem a vida, o mundo, a escola e o magistério sejam desenvolvidas na área da educação. É necessário conhecer seus projetos, suas

inquietações e indignações frente a uma sociedade agressiva, frente às gritantes relações de violência que são estabelecidas entre os homens.

Esta forma de preconceito é mais violenta porque toca em uma questão na qual ninguém pode ter o controle, nem mesmo realizar uma escolha mesmo que o preconceito étnico-cultural esteja profundamente atrelado aos fatores econômicos, sabemos que ele vai além desses fatores, uma vez que são constructos sociais, formas de identidades baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. (GUIMARÃES, 1999, p. 64).

Numa abordagem antropológica, a identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. E nesse sentido é que a professora entrevistada evidencia fatos que contribuem com a criança ao perder sua identidade com os decorrentes preconceitos encontrados no dia a dia e isso faz com que ela perca sua pureza, sua inocência ao lidar com a maldade humana ao sofrer uma discriminação.

Na universidade não, mais assim no ensino fundamental do quinto ao oitavo ano na época, sofria sim. Depois no ensino médio não sofria nada não, mais no ensino fundamental, sofria sim, é a época mais terrível pras crianças (SANTOS, 2012).

Embora saibamos que seja impossível uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, pode-se deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial.

O preconceito, fato esse que decorre em qualquer ambiente que podemos encontrar. E assim a discriminação tem suas múltiplas faces, incluídas principalmente no mercado de trabalho. Neste contexto, visualizamos que, no ambiente de trabalho, assim como em demais locais onde se reúne um grupo de pessoas, há certa resistência em conviver com pessoas relativamente diferentes. Isso ocorre devido à

divisão de grupos humanos "superiores e inferiores", onde se estabelece uma cultura de que os diferentes devem ser classificados como inferiores, e serem tratados como tal.

Percebe-se que, no mercado de trabalho, existem segmentos que praticam a discriminação racial, mesmo que de um modo camuflado, pois a propagação deste ato caracteriza-se preconceito, portanto um crime, mesmo assim, é comum anúncios em jornais, divulgando vagas para emprego, onde são usados termos como "Procura-se vendedor com boa aparência" o que sugere certa exclusão. Deste modo, há críticas com relação a esse termo, visto que a cor da pele não está relacionada à beleza e boa aparência.

[...] por mais que na época em que eu ia entregar currículo, por essas ruas ai aforas, nunca fui chamada. Já entreguei muitos currículos nunca fui chamada. (SANTOS, 2012).

Embora, atualmente, admita-se com mais frequência que a maioria da população negra faz parte da classe trabalhadora brasileira, esse reconhecimento nem sempre resulta em uma reflexão séria sobre os cruzamentos entre raça e classe social, na sociedade capitalista e na escola em que nos encontramos.

Essa perspectiva, que prima pela exclusão e tratam as diferenças como deficiências transformam as desigualdades raciais, construídas no decorrer da história, as relações políticas e sociais, em naturalizações. As desigualdades construídas socialmente passam a ser consideradas como características próprias do negro e da negra. Desse modo ficam evidentes as manifestações de preconceito:

Porque uma coisa é você ser negro, e outra é você viver o papel do negro, outra coisa é você ser branco e se disfarçar de negro. Ta na alma, ta no sangue. Eu sou negro, mais ta na minha alma, no meu sangue, minha cultura é uma cultura negra. Tem coisas que eu não entendo o que o branco sente, eu não sou branco. Como o branco também não entende o que o negro sente, ele não é negro. (ALVES, 2012).

Dessa maneira, um povo cuja história faz parte da nossa formação cultural, social e histórica, passa a ser visto através dos mais variados estereótipos. Ser negro torna-se um estigma. Se passarmos em revista vários currículos do ensino

fundamental e médio, veremos que o negro, na maioria das vezes, é apresentado aos alunos e às alunas unicamente como escravo - sem passado, sem história - exercendo somente algumas influências na formação da sociedade brasileira. Numa outra face desse mesmo procedimento, o negro, quando liberto, é apresentado como marginal, desdobrando-se na figura do “malandro”.

No seu livro *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*, GOMES (2001, p. 40-41) esclarece que, do ponto de vista jurídico, as políticas de ação afirmativa podem ser compreendidas como uma criação pioneira do Direito dos EUA, a qual representou, em essência, a mudança da postura do Estado que, em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça e cor.

Esse mesmo autor nos ajuda a entender que, atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego.

Dessa forma, é importante esclarecer que as ações afirmativas não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam a igualdade de oportunidades de ingresso das minorias em determinados setores do mercado de trabalho e nas escolas. As cotas são apenas uma das estratégias de implementação dessas ações e, ao serem implantadas, desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico/raciais da sociedade.

Talvez por isso elas incomodem tanto a sociedade brasileira, uma vez que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma “democracia racial”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações colhidas, percebe-se o quanto ainda está presente a questão da discriminação racial, do preconceito em nosso meio social, inclusive nas escolas, que deveria ser um lugar para reflexão. O professor PEREIRA (2012) mesmo alegando não ter sofrido preconceito em nenhum momento de sua vida, sabe o quanto essas práticas ainda estão disseminadas na sociedade:

Como os textos mostram o negro passou por muitas dificuldades, não tinham credibilidade, mais hoje o negro já ocupa todos os cargos que possa ser executivo, legislativo, judicial, e com grande potencial, igual ao branco. E com o professor é a mesma coisa. Então nos estamos aí acreditando sempre em melhoras, no respeito, porque primeiro de tudo pra você esquecer a questão de raça e de cor que as pessoas tem, primeiro tem que haver respeito pela pessoa que trabalha. A partir daí não vai haver cor, sexo, opção e daí por diante. (PEREIRA, 2012).

Observa-se que para os entrevistados a melhor forma de vencer esses obstáculos é não aceitar de “cabeça baixa” essas situações de discriminações, para superá-las é necessário primeiro aceitar suas origens e compreender que o fato de ser de cores diferentes não significa que uns são inferiores e outros superiores. Todos são iguais e diferentes ao mesmo tempo e este preceito deve ser respeitado, pois cada um tem o seu modo de ser, de pensar e de agir.

Pretendeu-se com essa pesquisa contribuir nas investigações sobre a trajetória de professores negros no município de Alto Alegre dos Parecis, tendo em vista que é um tema pouco abordado. E que posteriormente mais pesquisas sejam realizadas voltadas à esse assunto, pois sabe-se a importância que os negros tem em nossa história, sendo que os mesmos fazem parte da nossa diversidade cultural. E assim neste contexto, não haveria “porque” ou “para que” existir discriminação ou qualquer ato que fere a imagem, a moral, daqueles que descende da origem negra. Espera-se que esse trabalho possa incentivar, outros acadêmicos que deseja conhecer a trajetória, as dificuldades e as superações daqueles que são de origem não branca.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciano de Souza. Entrevista concedida a Eliane de Jesus Paula e Danúbia Fernanda da Rocha de Souza Moreira. Alto Alegre dos Parecis (RO). 08 de março de 2012. Gravador mp3.

- Brasil. *Herança cultural negra e racismo*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/negros/hercultural.html> acesso em 08/03/2012.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 08/03/2012.
- Entrevista com Kabengele Munanga. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100005&script=sci_arttext. Acesso em 08/03/2012.
- Estudante foi agredido na USP porque é negro, diz testemunha. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5550232-EI5030,00-Estudante+foi+agredido+na+USP+porque+e+negro+diz+testemunha.html> acesso em 08/03/2012.
- FERREIRA, Miriam Bomfim. Entrevista concedida a Eliane de Jesus Paula e Danúbia Fernanda da Rocha de Souza Moreira. Alto Alegre dos Parecis (RO). 08 de março de 2012. Gravador mp3.
- GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 05/03/2012.
- JESUS, Lori Hack de. *Trajetórias de vida e estudo de alunos negros do ensino médio da cidade de Tapurah – MT*. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.
- PEREIRA, Adão de Sousa. Entrevista concedida a Eliane de Jesus Paula e Danúbia Fernanda da Rocha de Souza Moreira. Alto Alegre dos Parecis (RO). 08 de março de 2012. Gravador mp3.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. p.171.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação da Mulher no Brasil-Colônia*. São Paulo: Arte e Ciência, p. 20, 1997.
- Professores negros: etnicidade e processo identitário. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELA%C3%87%C3%95ES%20%C3%89TNICAS/WEBARTIGOS/p>

rofessores%20negros%20etnicidade%20e%20processo%20identitario.pdf

Acesso em 08/03/2012.

NOTAS

ⁱ Acadêmicas do 3º Período de História do Campus de Rolim de Moura, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

ⁱⁱ JUNIOR, Caio Prado apud RIBEIRO, Arilda Inês Miranda, (1997), p. 17.

ⁱⁱⁱ Notícia retirada do site: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5550232-EI5030,00-Estudante+foi+agredido+na+USP+porque+e+negro+diz+testemunha.html>